



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150402 - RJ (2021/0219880-7)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : H B G (PRESO)
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA - RJ081501
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por H. B.G. contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0035774-57.2021.8.19.0000).

O recorrente foi condenado à pena de 18 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado, pela prática dos crimes previstos no art. 214 (diversas vezes, c/c o art. 224, alínea "a", redação anterior), c/c o art. 226, inciso II, na forma do art. 71, c/c art. 217-A, todos do Código Penal.

Sustenta que não houve o trânsito em julgado da sentença, pois se encontram pendentes de julgamento recursos interpostos perante esta Corte Superior e no STF, razão pela qual não há justa causa para a prisão do insurgente.

Assevera que foi decidido pelo STF sobre a impossibilidade de execução da pena após a confirmação da sentença em segundo grau.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão, a fim de que o insurgente seja mantido em liberdade. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente